

A educação popular, a Escola Pública e a construção de uma nova sociabilidade

Jean Mac Cole Tavares Santos
Universidade Federal da Paraíba

A educação Popular: definição de uma utopia.

Construção, sujeito, identidade, diálogo, compromisso, política, crítica, culturas, práxis, saberes, democracia, liberdade, economia solidária, autonomia, experiência, popular: que vêm do povo.

A educação popular, como prática educacional e como teoria pedagógica, pode ser encontrada **em todos os continentes**, manifestada em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas. A educação popular, como concepção geral da educação, passou por diversos **momentos epistemológico-educacionais e organizativos**, desde a busca da conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa de uma escola pública popular e comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências (Gadotti, 1998).

As primeiras linhas contêm alguns dos constituintes do conceito de educação popular pensado na turma do doutorado em educação da UFPB. Cada um deles traz consigo uma quantidade absurda de significado devido, principalmente, ao seu uso. Cada vez que uma palavra é usada fora de seu conceito já sabido ou de sua origem etimológica, ela ganha outro poder de significação. O Aurélio define tal abuso como etimologia popular. A etimologia popular, então, como falseamento da palavra, no seu uso indevido, impróprio, fora de regra estabelecida.

A citação do Gadotti é para reforçar a constatação que a relação entre as palavras e as coisas (Foucault, 1995) é influenciada, modificada, construída a partir de sua história, de seus lugares e de suas pretensões. Partindo do pressuposto que a turma conseguiu cercar o objeto com seus principais constituintes, e ainda, dos usos e abusos de cada um deles, a educação popular corre o risco de ser muita coisa e coisa nenhuma, como toda categoria analítica. Diante disso, cabe a mim, não a definição pura de educação popular, mas a sua delimitação estratégica e, claro, abusada.

Quero fugir da caracterização de educação popular como aquela destinada a corrigir fluxos de aprendizagem ou de estatísticas oficiais. Educação de jovens e adultos, educação indígena, educação de mulheres, ou qualquer outra destinada às ditas minorias, não cabe, necessariamente, nessa análise. O alfabetismo ou o analfabetismo apresentado nos números hard são insuficientes para designar que seu remédio ou seu antídoto seja a educação popular! Fico com uma definição, histórica e pretensiosa, de **Mariangela Pereira**, bem subjetiva em seu conteúdo, mas extremamente significativa da utopia em que aposto:

“Quando se fala em Educação Popular, fala-se de vontade, de coragem, de luta, de vida, de realidade. Trata-se de respeito às diferenças, respeito individual e coletivo, pois educar é uma tarefa de troca entre pessoas. A Educação Popular orienta-se pelos princípios de autonomia dos agentes, de radicalidade democrática, de construção da capacidade de autocrítica, de partilha, de apropriação e construção do conhecimento como algo coletivo e permanente, na perspectiva da integração dialética "ação-reflexão-ação". A Educação Popular tem sua prática na realidade, no relacionamento dos seres humanos no mundo e com o mundo, na transformação da sociedade.

Todas as frases perfeitas e mais belas do mundo, não transfeririam ao leitor o que é, o que se sente, o que se vive na Educação Popular. É algo que o coração não explica, não fala, apenas sente; é emoção misturada com vontade de ser, de aprender, de realizar, de conquistar o mundo. Coração que se expõe no abraço, na emoção de ver, de criar, de ser aquilo que se é”. (<http://protravessia.vilabol.uol.com.br/art22.htm>, acesso em 20/03/2004)

A definição acima traz toda a energia da utopia de um novo ser humano, pela vontade, coragem e luta, mas sem esquecer da vida e da realidade. É a partir da vida das gentes que se dá a busca de superação das relações autoritárias, incentivando e construindo a autonomia na luta pela transformação social. A definição não tem a singularidade dos cercos teóricos, daqueles que capturam o objeto num piscar de olhos e

este, mesmo que estrebuchando, lhe deva submissão eterna. Acredito, porém, que a definição serve como arapuca armada à espreita da presa, que num duplo jogo de atração pela apetitosa isca e de repulsa em face da possibilidade de ver-se privada de liberdade, acaba seduzida, aprisionada e refém da engenhoca. A arapuca é de vara verde – daquelas que aprisionam timbús sonolentos nas pedras dos rios de minha Baturité – e qualquer desatenção perde-se a presa e a armadilha. E essa é sua grande contribuição (Isso mesmo Zé!). O fato de ela representar diversas outras organizações e movimentos possibilita a aproximação ao que tento construir. Porque os adjetivos conceituais emocionalmente listados por Mariângela servem para tirar do meio do caminho tudo o que é antagônico (no sentido de trabalhar contra) ao popular: o autoritarismo, a dependência, o autocratismo, a alienação, a desunião não encontram espaços numa definição que privilegia a construção coletiva, a democracia e os saberes múltiplos. Na minha analogia, a definição captura o timbú sem maltratá-lo e, ao mesmo tempo, faz com que outras criaturas estranhas aos objetivos passem ao largo, as vezes até querendo comer da isca, provar do tempero, mas sem ser aceito pela própria estrutura da armadilha: não lhe cabe ali. O conceito pode realmente servir para designar o MST, mas jamais designaria a UDR, braço armado do latifúndio.

O uso proposital do conceito aberto é para reforçar que a educação popular não tem selo de originalidade, de criação. A patente deve ser desconsiderada. Muitos já foram seus significados e qualquer conceito atualizado recebe contribuição prática e teórica do que foi e do que é educação popular – para não falar da contribuição do que não foi mas utilizou o nome de EP. A história da EP é mais forte que os conceitos e, conscientes ou não, eles saltam em momentos de elaboração. Estou dizendo que qualquer elaboração conceitual parte de um senso comum anterior, não científico, popular. O conceito de EP é construído tendo por base o acúmulo material, intelectual, cultural e histórico, prático às vezes, teórico outras vezes, que contamina o pseudocientificismo acadêmico (Compagnon, 1996). Tenho que dizer, a partir do que me interessa, que esse imbricamento absolve o conceito de suas falsificações e de seus supostos erros. Quem salva o conceito, então, não é a ciência, mas sim o popular que o contaminou.

Para sistematizar, a educação popular é aqui entendida mais como uma postura diante da vida, das coisas, das pessoas, das instituições, dos saberes, do que pautado em seus objetivos (com a grande certeza que precisa sempre estar voltado para as camadas menos favorecidas da população) ou simplesmente determinado pelo seu local de atuação. Ensinar a ler e a escrever, conscientizar, desenvolver a fala, despertar para o

diálogo, não é seu único escopo. É preciso, no que Gadotti, citando Freire, chama de concepção libertadora de educação, evidenciar o papel da educação na construção de um novo projeto histórico, fundamentando-se numa teoria do conhecimento que parta da prática concreta para a construção do saber, tendo o educando como sujeito do conhecimento e compreendendo a alfabetização não apenas como um processo lógico, intelectual, mas também como um processo profundamente afetivo e social (Gadotti, 1998). Nessa perspectiva, o local é o que menos importa para definir EP. Ensinar para a vida, pela vida e com a vida é seu grande escopo.

Estado e sujeitos: resistência e apropriação

Reforçada a idéia de construção coletiva, parcial e aberta do conceito de educação popular, fico mais à vontade para entortar o caminho, mostrando o que o conceito de Mariângela Pereira traz a minha perspectiva de estudo. Para tal, é necessário ainda discutir a relação do Estado com a educação popular. Conceitualmente falando, não há nenhum purismo em aceitar a ação estatal nesse campo. Principalmente se se tem o entendimento que há um espaço institucional que deve ser disputado. Como diz Gadotti, “depois das análises gramscianas, a teoria que considerava o **Estado** como um comitê de direção da burguesia tem sido contestado. O Estado é contraditório: é força e consenso”.

Porém, é preciso ficar atento a algumas posições tomadas pelas classes dominantes no que concerne a aceitação ou até impulsionamento em busca de incluir o maior número de pessoas em seus projetos. Pode ser que o interesse do Estado Capitalista, dominado por uma elite que deseja se perpetuar como tal, em proporcionar ambientes favoráveis ao desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia das pessoas busque tão somente a legitimação de seus atos. Atento a isso, concordo mais uma vez com Gadotti quando ele diz que:

“... para cumprir sua função principal de acumulação do capital, o Estado capitalista, para legitimar-se, deve impulsionar mecanismos massivos de participação, especialmente através de eleições periódicas. Deve também prover o mínimo de saúde, educação, seguro-desemprego, moradia etc, de que todos os cidadãos necessitam, e fazem jus, em virtude de sua participação na "res publica". Essas duas funções - de **acumulação** e de **legitimação** - são inerentemente conflituosas, dando lugar a todo tipo de contradições sociais e políticas, e convertendo o próprio Estado numa arena de luta de projetos alternativos”.

A busca por essa legitimação através do provimento de algumas condições básicas de bem-estar aos seus cidadãos, deixa um espaço considerável para os

movimentos organizados forjarem novas conquistas, forcem que seus projetos sejam implementados, incitem a transformação da lógica do próprio Estado que, por sua índole (sua construção histórica), quer servir a sua classe social de origem. Sem essa legitimação, Estado nenhum, por maior aparato ideológico e militar que tenha, consegue manter-se enquanto representação de uma classe ao mesmo tempo em que paira como acima do bem e do mal, na sua neutralidade construída e falseada.

Para parecer neutro diante das disputas de interesses na sociedade e ao mesmo tempo equilibrador das condições para que haja paz e solidariedade social, o Estado se transveste de democrático – mesmo quando não o é em nenhuma instância, como nos períodos ditatoriais (Germano, 1993). Assim, pode-se considerar verdadeira a afirmativa que o Estado é uma arena de disputa sem no entanto iludir-se de que é a única arena: é importante não esquecer que tal campo de disputa não deve ser privilegiado em detrimento dos movimentos organizados, das lutas sociais, dos embates diretos entre os que defendem uma sociedade diferente e àqueles que querem perpetuar o capitalismo e (avexadamente) decretam o fim da história. Refiro-me aos valorosos lutadores antiglobalização, aos diversos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, aos sem teto, aos sem emprego, aos assalariados (cada vez sumindo mais), aos aposentados, entre tantos outros, que desafiam a lógica do conformismo e empunham suas armas (mesmo que estas sejam uma torta de chantilly com morangos) e ousam não calar (cala boca já morreu quem manda na minha boca sou eu).

O Estado, parece-me claro, não é algo absoluto, corporificado em seus governantes. São teias de instituições construídas através das leis, da política, das disputas imediatas e das históricas e da cultura que, por fim, o legitima. Foucault deu uma grande contribuição ao argumentar que

“o Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado” (Machado, 1992).

As instituições não têm uma vida própria: não são partes de uma grande engenhoca sincronizadamente em funcionamento que move um todo estatal, atuando

compassadamente e distribuindo suas sentenças à sociedade indefesa. Se assim o fosse, bastaria tomar o poder (através de revolução ou mesmo através das eleições) e dominar o Estado para transformar toda a realidade. A história tem mostrado que os caminhos da emancipação são bem mais tortuosos, bem mais complexos que a simples posição de Estado.

A sociedade nada tem de indefesa já que direta ou indiretamente reage, subverte, resiste, readapta e reelabora, assim como também propõe e impõe, a partir de seus interesses e seus limites aquilo que o Estado apresenta como sua proposta geral. Claro que o Estado contribui para a acumulação do capital, para a exploração da mão de obra do trabalhador (agora sobrevalorizado pelo auxílio da máquina), para o aumento da fome, da miséria e da morte prematura de ecossistemas inteiros, em toda parte do planeta. Claro que faz tudo isso visando a manutenção de uma relação social estratificada (e negada tantas vezes) para que grandes corporações continuem grandes corporações e grandes fortunas continuem e aumentem suas fortunas. **O que digo é que não fazem tudo isso do jeito que desejam, na intensidade e velocidade que queriam fazer-lo!** Estamos em um jogo, eu sei. Sei também que estamos perdendo, mas é justamente aqui que temos conseguido barrar tantos ataques. Um dia o bicho pega, um dia a gente vira esse jogo!

Em última instância, e nisso percebe-se claramente os espaços de disputas dentro das instituições estatais, a política apresentada pelo órgão máximo da administração pública é implementada por pessoas que não são simplesmente reprodutores, mas consolizadores, por isso também elaboradores e reelaboradores, dessa mesma política. Entre a concepção inicial, implementação e a absorção da política, pouco fica do projeto original. Há, então, razões para se crer que a educação popular pode se aproveitar dos espaços estatais para, subvertendo os valores dominantes, consolidar-se, postulando a construção de sua utopia, onde gentes, vontades e ações humanas que estão no cerne do Estado e suas instituições, ousam desafiar a lógica de reprodução da miséria.

Novo Ensino Médio e educação popular

Chega o momento de fazer a relação entre o projeto “Novo Ensino Médio” e a educação popular. Na verdade o que quero é, a partir do entendimento amplo de educação popular e com o acúmulo das proposições sobre as formas de resistência e apropriação nas lutas dentro e fora do Estado, aprofundar o questionamento, se possível utilizando esse tópico como exemplificação, sobre o próprio conceito de EP, mostrando como um projeto pode ser minado antes e durante sua implementação.

Foi com muita pompa que o ministro da educação Paulo Renato Souza anunciou uma nova fase para o Ensino Médio. Agora o EM é para a vida. A proposta é um currículo que qualifique o aluno com competências básicas, em contraposição ao modelo anterior de acúmulo de informações, descontextualizado e compartimentalizado, para colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas em se tratando de nível de escolaridade de sua população. A mudança é uma exigência, segundo o ministro, da sociedade para com a escola e está pautado na “*consolidação do Estado democrático, nas novas tecnologias e nas mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos*” (BRASIL, 1999). Uma sociedade (pós-moderna) pautada na técnica, na ciência e na informação, exige uma escola de outro tipo, plural, democrática, popular. Uma escola que contribua com a formação do trabalhador-cidadão, despertando nele sua consciência cidadã e de pertencimento ao mundo. A terceira revolução técnico-industrial e a revolução da informática querem não aquele trabalhador que controla e manuseia uma máquina, mas o trabalhador que tenha iniciativa, saiba tomar decisões, esteja apto a lidar com os novos códigos que estas transformações estão operando nas fábricas e no cotidiano das pessoas. Como anunciam os mentores do projeto, o mundo mudou e o EM precisa acompanhar essas mudanças: “*As propostas de reforma curricular para o Ensino Médio se pautam nas constatações sobre as mudanças no conhecimento e seus desdobramentos, no que se refere à produção e às relações sociais de modo geral*” (idem).

Do texto do projeto para um Novo Ensino Médio pode tirar, muito facilmente, que ele não tem um perfil popular, nem mesmo dentro do cerco lato que foi feito aqui. Apesar da insistência e ênfase em palavras como democracia, autonomia e cidadania, vê-se sua subordinação ao mercado, ao mundo do trabalho, às exigências internacionais, a um mundo que parece irreal a uma grande parcela da população.

O Maciço de Baturité é formado por treze municípios espremido entre a serra e o sertão. Historicamente a cidade de Baturité foi firmando-se como centro dessa região. A serra e o sertão chegam a Baturité para encontrar a feira, o banco, as repartições do governo. Basicamente toda a região depende da agricultura. A serra planta legumes e verduras, café e banana. O sertão sobrevive do milho, do feijão e do caju. O turismo, uma atividade com grande potencial, concentra-se nas cidades serranas e em momentos de eventos. Já a indústria é inexpressiva. O comércio é aparentemente familiar e o que não o é gera pouquíssimos empregos. Empregos estes com jornadas de trabalho que chegam a doze horas consecutivas com remuneração de um salário mínimo ou metade deste. As

prefeituras são as grandes empregadoras. Os funcionários públicos municipais são privilegiados, mesmo ganhando a metade de um salário mínimo para trabalharem ou dizerem que trabalham quatro horas por dia. Em consequência dessa dependência e em busca da manutenção dos 'privilégios', a corrida pelos cargos majoritários das prefeituras é uma corrida para apagar os amigos, empregar os parentes e remunerar os familiares e agregados. É natural, pois, passado a eleição, uma demissão em massa de uma parcela considerada da população e o emprego também em massa de outra parcela.

A Escola Pública atende a quase totalidade dos alunos existentes na região. O município absorve o ensino fundamental 1 e divide o ensino fundamental 2 com o Estado. Aliás, o termo divide não é bem adequado para a realidade. Desde que foi implantado o Fundef os municípios entraram em uma disputa antropofágica com as escolas do Estado pelo oferecimento do ensino fundamental. Pode parecer com isso que o município briga para prestar um serviço de qualidade à comunidade. Muito singelo se fosse o caso. Na verdade a briga é pelo dinheiro do Fundef. Quanto maior o número de alunos matriculados maior é o dinheiro recebido para custear esse atendimento.

Os alunos que conseguem ultrapassar o quadro acima chegam ao ensino médio com um nível de conhecimento equivalente à quinta série do ensino fundamental. Esse aluno passou doze ou treze anos no EF. Não é exagero citar, mas a experiência cotidiana mostra que oitenta por cento dos alunos do ensino médio da região estão fora de faixa. Frequentam, na maior parte das vezes, o ensino noturno depois de um dia intensivo de trabalho ou depois de uma viagem de duas ou três horas em cima de um caminhão. São normais escolas subtilizadas de manhã e à tarde e à noite lotações insuportáveis. Salas de aulas com setenta alunos e professores sem condições de conhecer o aluno, imagine preparar algo que atenda as diferenças entre eles. Então, o Ensino Médio da região tem sua maioria funcionando à noite, com uma grande parcela de alunos adultos, com salas superlotadas, com tempo de aula reduzido, dependendo de transporte escolar, de energia elétrica que teima em faltar, de estradas que ficam intransitáveis no inverno.

O discurso do governo sugere que caminhamos para a escola unitária. O trabalhador não seria formado em especificações nem para a demanda da indústria, mas para a vida, para garantir conhecimentos que proporcione seu desenvolvimento pleno. Não precisa ir muito longe para perceber que a realidade é contrária ao discurso.

A lógica da reformulação do EM, então, é adequar-se à realidade exigida pelo grande industrial que conseguiu utilizar as novas tecnologias como forma de aumentar seu capital. Travestidos de exigência da sociedade pretende mostrar a positividade da

dependência, insinuando que a autonomia da educação se dará quando a produção e a sociedade necessitarem das mesmas características. Em outras palavras. Quando a sociedade conformar-se por completo aos interesses da indústria e da acumulação do capital. Sobre esse prisma, o capital é que determina que tipo de profissionais a escola deve formar. Sem nenhum pudor os mentores do projeto, falam em incorporar a educação aos princípios de uma nova era.

Diga-se de passagem, que o grande capital, seus representantes nacionais e multinacionais e os diversos órgãos financiadores dos seus interesses no mundo (BID, BIRD, FMI) impõem uma leitura globalizada e hegemônica da realidade desconsiderando particularidades regionais, aptidões outras, resistências e vocações diferentes da maré neoliberal. A ganância dos grandes representantes do capital é tanta e seus representantes são tão capachos que impõem despididamente à realidades tão distintas um programa educacional que até poderia fazer sentido nos grandes centros industrializados, mas que jamais poderia ser pego como parâmetro nacional. Porque uma coisa que o ministro tem razão é que o mundo mudou. E a atual mudança patrocinada pelo capital globalizado, sem pátria e sem ética, é o acirramento das diferenças entre pobres e ricos. Os que têm os meios, as informações, a ciência, robótica e a técnica e os outros, dependentes destes. Com esse acirramento, as diferenças se aguçam dentro do próprio país, da própria cidade.

Para pontuar, as pretensões de um EM reformulado a partir dos pressupostos do Ministério da Educação em consonância com a lógica do mercado liberal, não atende a realidade de uma região como a do maciço de Baturité. A realidade que convivemos dia-a-dia não tem indústria para empregar esse trabalhador multiespecializado e flexível; os computadores mal são conhecidos; a alta tecnologia fica por conta do que se assiste na televisão. Os empregos nessa parte do planeta são bem inflexíveis; estudar é atender a um pré-requisito não do novo mundo do trabalho, mas do comércio, da agricultura, da prefeitura, das pequenas obras, da pescaria artesanal, da criação de pequenos animais e das olarias.

Diante de tudo isso é impraticável a reformulação do ensino Médio representado pelo PCN de caráter nacional que pretende ser um instrumento de inclusão, de formação de uma pessoa apta a conviver em uma sociedade global e pós-moderna e a adquirir as qualidades necessárias ao novo mundo do trabalho. Na verdade, a escola pouco contribui para a demanda existente nessa região. Ela está longe de educar o jovem para a convivência com o vizinho, com a comunidade, com o mutirão, com o local. Educar para a reunião do sábado à noite onde a questão de sobrevivência e organização

da comunidade se misturam com a palavra de Deus, única que a maioria acredita poder levar à salvação da alma. Educar para a solidariedade entre os que estão buscando meios de superar a miséria em que se encontram.

Não é então absurdo dizer que para o jovem fazer parte da comunidade, da sua realidade, terá que desaprender o que a escola está impondo. Desaprender para ocupar os postos de trabalho existentes em sua região. Ao invés do global ele precisa do local; à competição para enfrentar o mundo ele precisa é da solidariedade; às perspectivas de formação geral ele continua necessitando da formação específica.

Considerações finais

A Escola Pública pode (deve) fazer educação popular

Como penso, a Escola Pública tem muita das condições para vir a ser popular. Seu público, tanto docente como discente, invariavelmente vêm da parte da população que é sinônimo de povo, de popular.

Os alunos são da periferia, da favela, dos bairros distantes, dos distritos, do sertão. São eles os sem terra, sem teto e sem comida digna. São aqueles que enfrentam grandes jornadas para chegarem à escola às vezes depois de um dia inteiro de trabalho na roça. Os alunos da escola pública, pelo menos a fração que conheço, são teimosos, são corajosos, são destemidos. Querem muito aprender, mas se não aprenderem (faz mal não, a gente vem assim mesmo), vale pela merenda, pelas amizades, pelas paqueradas, pelas peladas. Vale pela turma que a gente faz. Se aprender alguma coisa, melhor ainda (a gente fica sabido), pode até ir pra capital, passar no vestibular e estudar pra ser gente! (um ou outro, às vezes só um, vai pra capital ser gente...). O aluno, o meu aluno, quando termina os estudos (o ensino médio) corre atrás do professor, do diretor, do secretário para pedir mais um ano de estudo (deixa eu ficar como ouvinte?). Ele talvez nem goste tanto das matérias (tem cada uma chata...), mas gosta muito do movimento, da farda, de ser aluno... senão será o quê? Desempregado, vagabundo, desocupado, dependente do pai e da mãe... é melhor ser estudante (Vê como soa bem...ESTUDAAAANNTE).

O professor é um herói e um vilão (muitas vezes herói e vilão ao mesmo tempo). Herói na jornada de trabalho em três turnos, no salário que mal chega e já foi, na falta de material, na falta de perspectiva, na falta de capacitação. Ele precisa mostrar aos alunos uma nova, uma outra possibilidade de vida, de sobrevivência (se você estudar... professor mas você estudou, nós somos vizinhos, brinco com seus filhos, vamos aos mesmos lugares, fumamos o mesmo baseado, tomamos a mesma cachaça, dividimos o mesmo time e a mesma blusa rasgada dos jogos de sábado no campinho...). Herói

também na resistência e na persistência (faço por que gosto), na fé, na ousadia de acreditar naqueles que já foram desacreditados pelo DETERMINISMO social. O professor surpreende ao desanimar e reanimar de uma noite pra manhã seguinte (e tome mais uma cachaça que a gente esquece e amanhã tem aula às sete). O professor é herói em um meio em que os heróis já foram desacreditados, galhofados, ridicularizados (quem ainda acredita em heróis? Aqui ninguém mais não!). Há professor herói e professor vilão (herói e vilão ao mesmo tempo). Mas não quero falar do professor vilão (eu queria eliminar tal figura), essa pobre-triste (mas não menos nojenta) figura. Prefiro ficar com a figura (quixotesca) do herói.

Pelo menos devido aos seus freqüentadores, a Escola Pública tem tudo para ser popular. (Qual definição de popular, por mais distante que fique da minha utopia, conseguiria passar ao largo dos sujeitos que habitam ou circundam a escola pública?). Claro que definição de personagens não basta para ter a alcunha que quero. Ela pode estar, inclusive, a serviço de tal público sem ser popular. Para ser popular ela precisa além de estar a serviço da educação desse público, considerar a possibilidade de contribuir para a sua emancipação, buscando contribuir para a utopia da felicidade, da liberdade, da igualdade, da fraternidade (olha os franceses aí), da equidade e da justiça.

A Escola Pública poder vir a ser popular. Para isso ela pode se aproveitar das brechas da legislação oficial (Como, por exemplo, a gestão participativa, a autonomia curricular, a formação continuada, a avaliação processual) para colocar a cunha na enxada, o pé na porta, em busca da radicalidade democrática. Porém, deve também romper com os pressupostos gerais, com os interesses mesquinhos dos financiadores, dos órgãos internacionais, dos governos sub-nacionais, ajudando a construir consciência em Sujeitos que não somente estejam aptos à inclusão mas sobretudo que saibam exigir a sua inclusão na sociedade ao mesmo tempo que aponte para uma nova formação social que veja cada indivíduo como único, sujeito de sua história e parte importante da sociedade (É muito? A EP não pode jamais perder suas mais profundas utopias). Construir conhecimento para a rebeldia e para a autonomia, para um outro tipo de relação social, para a utopia, para uma nova sociabilidade, e nunca, para o mundo do trabalho, para a subserviência, para se adaptar! Uma escola que tenta a adaptação do aluno ao contexto, ao meio social, nunca será popular!

Sendo fiel ao sonho de formar sujeitos, a Escola Pública deve buscar a excelência. (Para os trabalhadores, para os filhos dos trabalhadores a excelência – PSTU

na UNE – eu diria mais: para o desempregados, para os subempregados, para os jovens, para todo mundo!). A busca pela excelência é uma luta de obstinados.

Na discussão da excelência precisamos enfrentar dois debates: o primeiro é cínico, conduzido por grandes grupos privados de educação que buscam nossa desqualificação para aumentar seu domínio e seus lucros. Vendem largamente que a escola pública não pode nunca ser de qualidade por causa de fatores históricos e antropológicos: foi assim e sempre será assim. Pegam as bandeiras de lutas dos movimentos como a falta de condições, salários baixos, violência, baixos índices de aprendizagem, para sacramentar a subvida da escola destinada aos menos favorecidos. A elite privatista não denuncia as carências na rede oficial de ensino; ela exhibe tais carências em uma bandeja ao som dos regozijos daqueles que vão saborear os lucros obscenos de Salomé. À essa elite desavergonhada soma-se os governos neoliberais que aceitam as exigências dos grandes bancos internacionais, numa subserviência medíocre, que lesa a pátria ao condenar a escola pública ao fracasso dos números, única medida aceita pelos tecnocratas (vestidos de bons doutores da educação) nacionais e internacionais.

O segundo debate refere-se a auto-estima da escola. É uma questão interna, é um debate entre nós mesmos que fazemos tal educação. Tanto quanto o outro embate esse também é decisivo para o salto que a escola precisa dar rumo a educação popular e de qualidade. Parto do princípio que bons lutadores pela educação de qualidade esteja cabisbaixo, amofinado, com medo de mostrar a cara, temendo defender o que defendeu a vida inteira. Foi abatido pela onda neoliberal privatizante que ver no mercado a única força reguladora natural. Levantar a auto-estima daqueles que fazem e lutam pela escola pública é decisivo para enfrentarmos os turbilhões de incertezas que rondam nosso metiér. Admito que não é nada muito fácil. Mas precisa se feito: todos, alunos, professores, pais, comunidade organizada, funcionários e colaboradores devem unir-se para não só defenderem a escola pública como também para exigir os recursos necessários que a escola precisa. Temos que partir do princípio que temos amplas condições de fazermos a melhor escola do país, pois ao contrário do que nos querem colar, o nosso público é capacitado (aqui não tem coitadinho, não!), é corajoso e tem uma larga experiência de vida, construída nas dificuldades do dia a dia, no enfrentamento com as misérias e as belezas da vida, da natureza, do sertão. O que nos falta (seu moço) é condição!

Um primeiro passo que considero importante nessa retomada é o questionamento da qualidade que está sendo vendida por aí. Tornou-se moda medir qualidade em cima dos números: SAEB, SPAECE, ENEM. Tem ainda um ranking nacional de eficiência. Tem também um internacional. (A pergunta que não quer calar: É melhor quem melhor é?) A educação popular não pode entrar no jogo, cartas marcadas, dos números. É preciso avaliar, mas antes de tudo é necessário buscar novas formas de avaliações. Afinal de contas, creio que a exclusão do aluno da escola pública dos bancos das universidades não é culpa da escola pública. É preciso muita cretinice para não admitir que a culpa é de um modelo social que perpetua as condições anteriores, que exclui milhares, que seleciona, que tem como referência o funil. Aqui entra a luta pelo estabelecimento de cotas para alunos oriundos da escola pública nas universidades públicas... mas isso já é um outro assunto. Educação Popular é assim, um assunto puxa outro, que puxa outro, que puxa, quiçá, a emancipação humana!

Referências Básicas

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC, 1999. p 13.

DELORS, Jacques. *Educação – um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1995.

GADOTTI, Moacir. *Para chegar lá juntos e em tempo*. Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. 21ª Reunião Anual da ANPED, CAXAMBU, 1998

GERMANO, J. Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez/Ed. da UNICAMP, 1993.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

Mariângela Pereira (<http://protravessia.vilabol.uol.com.br/art22.htm>)